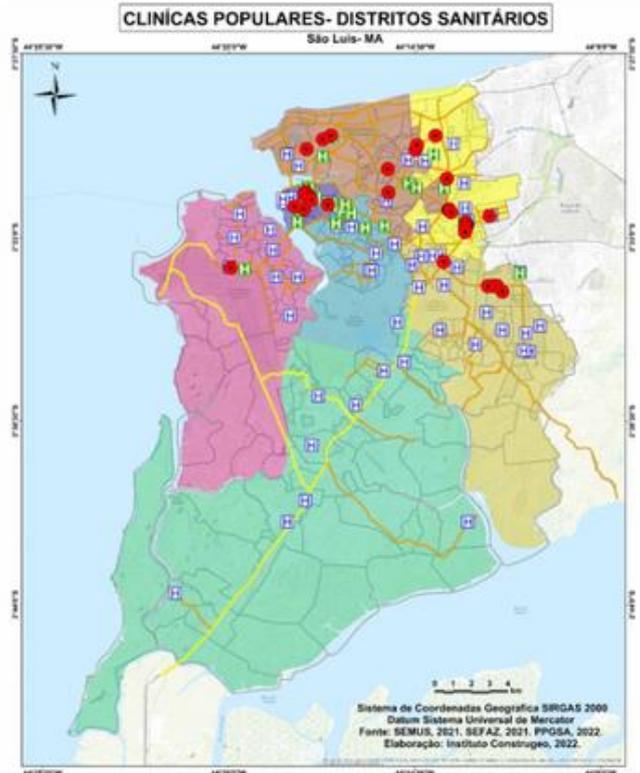


"Relações Público-Privadas no SUS" é tema de seminário realizado pelo PPGSC

O Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) realizará no dia 18 de junho o seminário temático "Relações Público-Privadas no SUS". O evento, que ocorrerá no auditório do Palácio Cristo Rei, das 8h às 12h, tem o intuito de apresentar os resultados da pesquisa "Como a atual crise reconfigura o sistema de saúde no Brasil: um estudo sobre serviços e força de trabalho nos estados de São Paulo e Maranhão", realizada em cooperação técnica entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e a Queen Mary University of London (QMUL), entre os anos de 2018 e 2024.

Com o objetivo de discutir as conformações do sistema de saúde e a resiliência dos usuários, a pesquisa foi realizada com gestores e médicos atuantes nos serviços públicos privados de saúde no Maranhão e em São Paulo. Pensando nisso, a programação do seminário contará com mesas redondas; palestras; exibição do documentário "Consultei, doutor... e agora?" e a conferência "Potencialidade de Estudos da Geografia em Saúde para a gestão do SUS", ministrada pelo docente do departamento de Geociências, José Aquino.

O alcance e a extensão da pesquisa permitiu com que diversos resultados fossem alcançados durante sua concepção. É o que comenta a professora Maria Teresa Seabra, docente permanente do PPGSC e idealizadora do evento: "Entre os principais resultados encontram-se: o sistema de saúde é atravessado por crises de diferentes dimensões e intensidades que se superpõem, impactando o Sistema Único de Saúde e a força de trabalho médica; a crise econômica ocorrida após 2014 foi vista por empresários como uma "oportunidade" para o crescimento das Clínicas Populares de Saúde; as Clínicas Populares de Saúde se autodenominam 'alternativas ao SUS'; o modelo assistencial das Clínicas Populares é fragmentado, em oposição ao do SUS que é universal; médicos que atuam nas Clínicas Populares e no SUS possibilitam uma dupla entrada para o SUS; e a noção de saúde como direito universal e



como mercadoria estão presentes nas inter-relações entre o público e o privado. Neste evento, visamos refletir sobre implicações desta conjuntura e apontar novas perspectivas de estudos sobre o Sistema Único de Saúde".

Com foco em estudantes de pós-graduação, as inscrições para participar do seminário temático "Relações Público-Privadas no SUS" podem ser por meio da plataforma Doity neste link. Os participantes receberão certificado.



Reajuste de servidores federais do Executivo é aprovado pelo Senado e aguarda sanção

Projeto de lei votado na Casa Legislativa também reestrutura diversas carreiras do funcionalismo

[Matéria completa em Condsef.org.br/noticias](https://condsef.org.br/noticias)



Condsef/Fenadsef sai em defesa da greve na educação

A Condsef/Fenadsef se mostra solidária a greve dos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior. Em nota, a Confederação destaca a importância da luta por reestruturação de carreiras, reajuste salarial e revogação de normas retrógradas impostas pelo governo Bolsonaro.

A Condsef espera que a nova reunião, marcada com as entidades representativas para esta segunda-feira (03/06), seja de efetiva negociação e permita avançar no atendimento das reivindicações.

Na nota, a Confederação destaca que, até o momento, o MGI não apresentou uma proposta que pudesse ser aceita pela categoria.

Veja nota na íntegra abaixo:

Solidariedade à greve dos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior

Estão em greve simultânea os docentes e técnicos administrativos das Universidades e Institutos Federais de Ensino Superior, organizados em Comandos de Greve do Andes, Fasubra e Sinasefe.

A luta é por reestruturação de carreiras, reajuste salarial e revogação de normas retrógradas impostas pelo governo Bolsonaro.

Como toda reivindicação ligada ao serviço público, a greve da educação disputa (com os especuladores que recebem os juros da dívida, com as ilegítimas emendas parlamentares que abocanham mais de 50 bilhões, entre outros) um orçamento federal arrojado pelo Novo Arcabouço Fiscal.

Lembremos que, em 31/01/2024, o Fonasefe e o Fonacate, em conjunto, apresentaram proposta unificada de reposição salarial, com números bastante razoáveis, que iniciariam um movimento, ainda lento, de correção das distorções salariais existentes no serviço público.

O MGI, no entanto, está aplicando uma política que é a inversa da defendida, unitariamente, pelo Fonasefe e Fonacate, alimentando a elitização no serviço público.

No setor da educação federal, até o momento, o MGI não apresentou uma proposta que pudesse ser aceita e a greve continua.

A Condsef/Fenadsef solidariza-se com a greve dos docentes e técnicos e espera que a nova reunião, marcada com as entidades representativas para este dia 03 de junho, seja de efetiva negociação e permita avançar no atendimento das reivindicações.

Brasília, 31 de maio de 2024

Conselho Deliberativo de Entidades da Condsef/Fenadsef